



Paralisação de delegados da PF atinge cinco estados

A greve dos delegados da Polícia Federal atingiu cinco estados brasileiros: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Alagoas e Espírito Santo. Segundo o presidente da Federação Nacional dos Delegados da PF, **Armando Rodrigues Coelho Netto**, mentor intelectual da paralisação, a adesão foi maior do que se esperava.

No Espírito Santo, segundo o delegado, os delegados grevistas promoveram coleta de alimentos “para o pessoal da limpeza dos prédios da PF, que não recebem pagamento há dois meses”. Coelho Netto ressalta que a greve de um dia marca “a insatisfação contra um governo que usa a PF politicamente, para se promover, mas não cuida das condições de trabalho de seus funcionários”.

O ato recebeu o nome de *Movimento pela Valorização da Polícia Federal*. Nos levantamentos do delegado Coelho Netto, há hoje no país 50 mil inquéritos da PF que foram iniciados com pompa e circunstância, com festa na mídia, mas que se encontram num andamento investigatório pífio. “Queremos a garantia de que esses inquéritos chegarão ao fim”, diz o delegado. Perguntado se a paralisação desta terça-feira (8/11) configura um tiro de aviso para uma greve geral, o delegado foi taxativo. “Sim, é um grande aviso ao governo”.

Para **Francisco Carlos Garisto**, presidente da Fenapef, a Federação Nacional dos Policiais Federais (que promoveu greve na PF por 50 dias, ano passado), “a greve dos delegados mostra que eles estão atrasados, mas são modernos em se juntarem em demandas que a categoria vem fazendo há anos pela melhoria na PF”.

No ano passado, os agentes da PF fizeram greve de 50 dias sob o argumento de que tinham direito à equiparação de seus salários ao dos delegados e peritos federais, o que não era previsto pelos valores da tabela de vencimentos da categoria determinada pela Lei 9.266/96.

Na época, a nota oficial do governo, que acabou derrotando a greve via Advocacia-Geral da União, ressaltou que “além de contrariar a legislação em vigor, a proposta apresentada pelos grevistas implica reajuste salarial de até 85%, com um impacto estimado de R\$ 600 milhões anuais sem considerar outros reajustes para cargos da carreira policial e servidores administrativos do Departamento da PF”.

Date Created

08/11/2005